



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 4/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a realização de treinamentos para uso do software Microsoft Project, conforme descritos:

**2.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO PROMOTORA**

Razão Social: MLPro Soluções em TI Ltda

CNPJ: 08.371.820/0001-00

Endereço: Rua Restinga Nº 113 Sala  
1706, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03065-020

Telefone Com.: 11 4113-4123 - Ramal 7411

Tel. Cel e Whatsapp: +55 (11) 994-997-411

Contatos: Leandro Cesar de Melhado e Lima

email: leandro@mlpro.com.br

Dados Bancários: Banco Santander,  
Agência: 0729, C/C: 13000795-5

**2.2. DESCRIÇÃO DOS TREINAMENTOS**

Curso	Qt. turmas	Pessoas por turma	Perfil do
Microsoft PPM para	2	10	Gestores de projetos complexos das unidades ou res



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Curso</b>	<b>Qt. turmas</b>	<b>Pessoas por turma</b>	<b>Perfil do</b>
gerentes de projeto			seus gestores
Microsoft PPM para equipe do projeto	4	10	Servidores que atuam nas equipes de trabalho, chefe com o andamento de suas entregas
Microsoft PPM para Administradores	1	4	Servidores da STIC, ou por ela designados, com com para atuar na gestão dos registros de projetos e dos s
Sharepoint	1	10	Servidores da STIC, ou por ela designados, com com para atuar na gestão dos registros de projetos e dos s

2.2.1. Os cursos realizados a distância (EAD) deverão ser gravados e entreguem em meio digital ao seu final;

2.2.2. O conteúdo programático de cada curso, encontra-se descrito na Proposta Técnica, evento [0512892](#);

2.2.3. Os participantes de cada treinamento serão designados em consulta à STIC, ASPLAN e unidades, conforme os perfis definidos.

2.2.4. O conjunto de capacitações visa implementar a prática necessária ao completo uso da ferramenta Microsoft Project, já disponível neste órgão, para a projetização das ações eleitorais e ações internas às unidades.

### **3 - JUSTIFICATIVA:**

**3.1. Da Necessidade:** a Assessoria de Planejamento da Diretoria Geral compila dados provenientes de diversos planos de ação produzidos pelas unidades, grupos de trabalho e comissões. Tais ações são documentadas nos respectivos processos do sistema SEI, ou em outros instrumentos dos quais o regional não tem controle. A falta de um espaço comum para a gestão dessas ações dificulta a visualização de seu cumprimento, o registro dos indicadores, o acompanhamento do desempenho das equipes e até mesmo o custo operacional das atividades envolvidas.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em busca de soluções para situações como a relatada a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, STIC, adquiriu, juntamente com outros softwares, o Microsoft Project, em suas versões *desktop* e *sharepoint*. Essa solução permite a completa integração com o servidor de e-mail que atende nossas unidades, fazendo com que as atividades geradas sejam incluídas nas tarefas da equipe envolvida. Também permite que os relatórios de desempenho dos projetos sejam centralizados em uma base de dados, o que facilita o acompanhamento. E facilita a comunicação entre equipes, controle dos recursos operacionais e humanos, custos de projetos e todas as condições referentes a projetos, programas e portfólios, conforme as melhores práticas documentadas.

Trazer para o TRE-RO o conhecimento mais refinado sobre o uso dessa ferramenta possibilitará aos gestores o atingimento de um maior nível de maturidade de projetos e processos, com tendência a ampliar nossa capacidade operacional.

As capacitações encontram-se registradas no Plano Anual de Capacitações 2020, sob ns. 20200109 e 20200110.

### **3.2. Da inexigibilidade de Licitação:**

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

#### **3.2.1. Da singularidade do serviço:**

Entende-se que a aplicação dos conceitos envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma, bem como do senso de propósito e compromisso dos servidores. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

### **3.2.2. Da escolha do notório especialista:**

As capacitações propostas versam sobre conteúdos técnicos na área de projetos e TIC, necessárias ao andamento de nossas ações. A fabricante dos softwares da linha Project e SharePoint qualificam as empresas fornecedoras de treinamentos com o selo Microsoft Partner, que informa ao mercado que a empresa encontra-se atualizada com relação aos requisitos para fornecimento de treinamentos. O uso desse selo pela empresa em questão é suficiente para a sua recomendação como **notória especialista** nos conteúdos propostos.

**3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

## **4 – DO VALOR**

O valor a ser contratado é de R\$ 39.371,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais). Resultando o custo por inscrição, caso se concretize a formação das turmas, em R\$ 532,04.

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

### **4.1. Da compatibilidade com o mercado:**

Em comparação com outros cursos *in-company* contratados em 2019, verifica-se que o valor da hora de treinamento é inferior ao valor-hora daquelas capacitações. Em diligência junto à empresa fornecedora, identificou-se que o valor é compatível com o mercado, dado o histórico de contratações de cursos *in-company* neste regional.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Capacitação	Ano	Número de Participantes
Pregão Eletrônico - Principais Pontos do Decreto n. 10.024/2019	2019	15
Aplicação de Penalidades Administrativas em Licitações e Contratos	2019	11
Gestão de e Fiscalização de Contratos	2019	25
Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição.	2019	10
(em contratação)	2020	74

4.2. Os custos com deslocamento e hospedagem de instrutores para as turmas presenciais, estão inclusos no valor global da proposta. Sendo de responsabilidade da Contratada a sua execução.

**5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 39.371,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais)

**6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento de cada capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal e, no caso dos cursos a distância,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

das gravações das aulas, devidamente atestadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

### **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

### **8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE**

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores que participarão de cada turma e curso;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Disponibilizar local e coffee break para a realização dos eventos presenciais;
3. Disponibilizar recursos tecnológicos e ambiente de aprendizagem para servidores das turmas dos cursos a distância;
4. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação, gravações de aulas e das respectivas faturas;
5. Avaliar a qualidade dos treinamentos realizado.

## **9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização dos curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0512892](#));
2. Fornecer material didático, de preferência em meio digital.
3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
4. Apresentar faturas referentes aos serviços realizados, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados, fatura e gravações.

## **10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

## **11 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático até o dia 15 de maio de 2020.

### **13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:

a) a confirmação do evento nos prazos definidos em reuniões com a empresa fornecedora;

b) a regularidade fiscal da empresa.

2. Durante a execução do evento verifica-se:

a) a presença do instrutor;

b) a regularidade das aulas;

c) o cumprimento dos horários;

d) o fornecimento dos materiais;

e) demais itens inclusos na contratação.

3. Após a execução do evento verifica-se:

a) o cumprimento da carga-horária;

b) a avaliação do evento pelos participantes;

c) a emissão dos certificados;

d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento;

e) a entrega das gravações das aulas realizadas a distância.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

### **14 – DOS ANEXOS**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos: [0513154](#), [0513157](#), [0513158](#) e [0513160](#)) portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0512892](#)).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES**

**MOURA, Coordenador(a)**, em 17/03/2020, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000737-43.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação – curso fechado – treinamentos para uso do software Microsoft Project – ANÁLISE.

**PARECER JURÍDICO Nº 57 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação do secretário substituto da Secretaria de Tecnologia da Informação - STI ([0509008](#)), com vistas a contratar a empresa **MLPro Soluções em TI Ltda, CNPJ: 08.371.820/0001-00**, para a realização de treinamento para uso do software Microsoft Project “*in company*” consistente em dois cursos presenciais e dois cursos na modalidade Ensino à Distância, para um público total de 34 (trinta e quatro) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme descrição no quadro abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Curso</b>	<b>Qt. turmas</b>	<b>Pessoas por turma</b>	<b>Perfil do público-alvo</b>	<b>Data provável</b>
<b>Microsoft PPM para gerentes de projeto</b>	2	10	Gestores de projetos complexos das unidades ou responsáveis pelo planejamento de projetos, designados por seus gestores	27 a 30 de abril
<b>Microsoft PPM para equipe do projeto</b>	4	10	Servidores que atuam nas equipes de trabalho, chefes de seção e chefe de cartório, que alimentarão o sistema com o andamento de suas entregas	5 a 8 de maio
<b>Microsoft PPM para Administradores</b>	1	4	Servidores da STIC, ou por ela designados, com conhecimento técnico em projetos e tecnológico suficientes para atuar na gestão dos registros de projetos e dos sistemas.	EAD
<b>Sharepoint</b>	1	10	Servidores da STIC, ou por ela designados, com conhecimento técnico em projetos e tecnológico suficientes para atuar na gestão dos registros de projetos e dos sistemas.	EAD

**02.** Conforme item 4 do Projeto Básico 4 ([0514321](#)), dimensionou-se o valor total dos cursos em **R\$ 39.371,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais)**, estando avaliado com o custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, com registros em 2019, sendo o valor compatível com os praticados para eventos desta natureza.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**03.** Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Tributos Federais ([0513157](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0513158](#)) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0513160](#)); e Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0513154](#)).

**04.** O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos na proposta técnica e comercial da empresa ([0512891](#) e [0512892](#)).

**05.** Verifica-se que consta, no referido Projeto Básico Nº 4/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE ([0514321](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, o prazo de execução, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as penalidades, garantias, do aceite, gestão e fiscalização e anexos contendo documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.

**06.** A SEDES encaminhou por e-mail COEDE ([0518130](#)) o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0518453](#)).

**07.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente ([0518591](#)).

**08.** Na remessa nº 140 ([0518593](#)) a coordenadora da COMAP direciona os autos a COFC para programação orçamentária da possível despesa e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

**09.** A SPOF ([0518625](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de em **R\$ 39.371,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais)**, indicando o Plano Interno RO CAPPAC e o Pré-Empenho n. 2020PE000075, para custear a futura demanda da unidade STI, oportunidade em que informou está a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**10.** Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**

### **2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI N. 8.666/93.**

**11.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

**12.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**13.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

**II** - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original)

**14.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

**15.** Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**16.** Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

**17.** E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

**18.** Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da **notória especialização da empresa a ser contratada** atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93**, *verbis*:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**§ 1º** Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

**19.** Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, *vg*:

### **Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:**

**1.6** - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a viabilidade de competição.

**20.** Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

## **2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.**

**21.** Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

**22.** As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico 4 ([0514321](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

### **III - DA CONCLUSÃO**

**23.** Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) pela possibilidade da **contratação direta** da empresa **MLPro Soluções em TI Ltda, CNPJ: 08.371.820/0001-00**, para a realização de treinamento para uso do software Microsoft Project “*in company*” consistente em dois cursos presenciais e dois cursos na modalidade Ensino à Distância, para um público total de 34 (trinta e quatro) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do Projeto Básico 4 ([0514321](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

**24.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0518453](#)).

**25.** O valor total do curso, orçado em **R\$ 39.371,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais)**, cobre um público de 34 (trinta e quatro) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se atingir o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento **o número total de vagas contratadas para servidores**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

**26.** Cabe registrar que deverão ser atualizadas as certidões que comprovam a regularidade fiscal da empresa **MLPro Soluções em TI Ltda, CNPJ: 08.371.820/0001-00**, antes da efetivação da contratação.

**27.** Ademais, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mesma forma seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 06/04/2020, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000737-43.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

ASSUNTO: Contratação da empresa especializada para a realização de treinamentos para uso do software Microsoft Project .

**DESPACHO Nº 516 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC ([0508698](#)) com vistas a contratar a empresa **MLPro Soluções em TI Ltda, CNPJ: 08.371.820/0001-00**, para realizar treinamento para uso do software Microsoft Project “*in company*” consistente em dois cursos presenciais e dois cursos na modalidade ensino à distância, para um público total de 34 (trinta e quatro) participantes, servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, dividido em turmas conforme item 2.2 do Projeto Básico 4 ([0514321](#)). O conteúdo do curso está descrito no documento anexado aos autos no evento [0512891](#).

A COEDE elaborou o Projeto Básico n. 4/2020 ([0514321](#)) para contratação, no qual dimensionou o valor por inscrição em R\$ 532,04 (quinhentos e trinta e dois reais e quatro centavos), totalizando R\$ 39.371,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais), conforme item 4 do referido projeto básico.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos as certidões negativas da referida empresa: Certidão Negativa de Tributos Federais



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0513157](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0513158](#)); Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0513160](#)) e Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0513154](#)), esta última vencida em 2/4/2020.

Em análise do Projeto Básico a COMAP concluiu por sua regularidade, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da lei nº 8.666/93, pela contratação direta por inexigibilidade de licitação e se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0518591](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária [0518625](#) no valor de **R\$ 39.371,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais)**, informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA.

A AJDG opinou pela possibilidade da contratação direta da referida empresa; pela regularidade do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato e sua substituição pela nota de empenho; pela atualização das certidões que comprovem a regularidade da empresa **MLPRO SOLUÇÕES EM TI, CNPJ nº. 08.371.820/0001-00**, antes da efetivação da contratação e pela publicação da dispensa na imprensa oficial ([0521877](#)).

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos termos do Parecer Jurídico AJDG n. 57/2020 ([0522576](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 439/1998 — Plenário, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Para tanto, a norma descrita no artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93 exige o preenchimento de dois requisitos gerais: a natureza singular da contratação e a prestação dos serviços por profissionais ou empresas de notória especialização.

**Quanto à singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que a aplicação dos conceitos da referida capacitação dependerá da cultura organizacional, da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente. Assim, o que se tem é que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

**Quanto à notória especialização**, consta nos autos que a fabricante dos softwares da linha Project e SharePoint qualificaram a empresa fornecedora para treinamentos com o selo Microsoft Partner que informa ao mercado que a empresa encontra-se atualizada com relação aos requisitos para fornecimento de treinamentos. Sendo assim, a aquisição desse selo pela empresa em questão é suficiente para a sua recomendação como **notória especialista** nos conteúdos propostos.

No tocante à disposição contida no parágrafo único do artigo 26, da Lei de Licitações e Contratos que estabelece a observância de alguns requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço**. Tais requisitos encontram-se demonstrados de forma satisfatória pelas razões expostas nos itens 3 e 4 do Projeto Básico (0514321).

Verifica-se que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais. Como citado a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Plano Anual de Capacitação de 2019, sob os 20200109 e 20200110, conforme informado no item 3 do PB ([0514321](#)).

Embora se trate de serviço, pode ser dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da lei nº 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, cuja cópia foi enviada, via e-mail, para ciência, à empresa a ser contratada ([0518453](#)).

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral **RATIFICA** a situação de





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexigibilidade prevista no art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93 e, por conseguinte:

**1. Aprova o Projeto Básico COEDE n. 4/2020 (0514321)**, pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, da Lei n. 8.666/93;

**2. Autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação**, com fulcro no art. 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93;

**3. Adjudica o objeto à empresa PMLPro Soluções em TI Ltda, CNPJ: 08.371.820/0001-00 e autoriza a emissão de Nota de Empenho** em favor da empresa supracitada, no valor de **R\$ 39.371,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e um reais)**;

**4. Dispensa a formalização de contrato, sendo o mesmo substituído por Nota de Empenho** (item 7 do PB n. [0469603](#)), com fulcro no [art. 62 da Lei 8.666/93](#), instrumento **idôneo e suficiente**, para regular a relação contratual; e

**5. Determina a publicação da ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico – DJE e no Diário Oficial da União - DOU**, em respeito ao princípio da publicidade, considerando que o valor da contratação situa-se além dos patamares da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

Ademais, cumpre ressaltar que deverá haver atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivada a contratação.

À SAOFC para continuidade das ações visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 13/04/2020, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.







## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: MLPRO SOLUÇÕES EM TI LTDA, CNPJ nº 08.371.820/0001-00. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de treinamentos para uso do software Microsoft Project, conforme item 2.2 do Projeto Básico n. 4/2020-COEDE. Fundamento Legal: 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 39.371,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39-48, Nota de Empenho nº 2020NE000327, de 14/04/2020. Justificativa: Necessidade de capacitação de servidores do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico n. 57, de 06/04/2020, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA – CPF nº 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho Nº 516/2020 - PRES/DG/GABDG, de 13/04/2020, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº 0000737-43.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 15/04/2020, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.